



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

43

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO

03610089

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0006859-29.2004.8.26.0572, da Comarca de São Joaquim da Barra, em que é apelante/apelado TACIA FILGUEIRA SANTANA (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelados/apelantes RODRIGO JOSÉ COLADÃO ME e FRANCISCO DAS CHAGAS CRUZ (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DO CO-RÉU E NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO CO-RÉU. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores PALMA BISSON (Presidente sem voto), JAYME QUEIROZ LOPES E ARANTES THEODORO.

São Paulo, 30 de junho de 2011.

ROMEU RICUPERO
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Seção de Direito Privado

Apelação Cível com Revisão 0006859-29.2004.8.26.0572

**Apelante(s)/Apelado(s): TACIA FIGUEIRA SANTANA;
RODRIGO JOSÉ CALADÃO ME.; FRANCISCO DAS
CHAGAS CRUZ**

Comarca: SÃO JOAQUIM DA BARRA – 1ª VARA JUDICIAL

VOTO N.º 16.388

EMENTA – Acidente de trânsito. Indenização. Acidente de moto-taxi que causou lesão no joelho esquerdo da passageira. Parcial procedência na origem. Apelo de todas as partes. Incontroversa a ocorrência do acidente com a motocicleta. Não obstante o fato de que não houve testemunha ocular, o laudo pericial concluiu que a passageira apresentava seqüela no joelho com nexo causal de acidente de motocicleta. Responsabilidade objetiva da empresa de moto-táxi com obrigação de indenizar a passageira. A culpa de terceiros pelo acidente não elide a responsabilidade do transportador. Necessidade de acompanhamento fisioterápico, confirmada na perícia médica, conhecida na fase de conhecimento, devendo o quantum debeat ser apurado na fase de liquidação de sentença. Devida indenização por danos morais em consequência de ofensa à higidez física. Apelação da autora provida, apelação da empresa co-réu não provida e recurso adesivo do co-réu Francisco não provido.

Apelação Cível com Revisão n.º 0006859-29.2004.8.26.0572

Voto n.º 16.388

RELATÓRIO.

Apresentaram recurso de apelação a autora Tácia Figueira Santana (fls. 317/326) e a empresa co-ré Rodrigo José Caladão – ME (fls. 327/331), e recurso adesivo o co-ré Francisco das Chagas Cruz (fls. 336/341), contra a r. sentença de fls. 304/313, proferida pelo MM. Juiz Leandro Galluzzi dos Santos, cujo relatório adoto, que julgou procedente a ação no tocante ao dano material, para condenar os réus, solidariamente, no valor de R\$ 1.635,33 (um mil seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos), devidamente corrigido. Julgou improcedente o pedido de dano moral nos termos da fundamentação. Condenou os réus nas custas, despesas processuais e honorárias advocatícias que fixou em R\$ 300,00 (trezentos reais), observando, se o caso, a Lei de Assistência Judiciária.

A autora alega que o MM. Juiz monocrático negou-lhe o direito à indenização por danos morais e ao ressarcimento de despesas futuras com tratamento fisioterápico. Destaca que o médico-perito concluiu que a autora irá necessitar de permanente tratamento “clínico fisioterápico” (fls. 235 – respostas aos quesitos 2 e 3). Os recibos juntados às fls. 290/291, referentes a exame de pneumoartrografia do joelho esquerdo, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e a sessões realizadas de fisioterapia no importe de R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais), não obstante realizadas muito após a propositura da ação, foram contempladas na r. sentença, portanto a autora necessita de tratamento fisioterápico por prazo indeterminado, devendo essas despesas ser ressarcidas pelos réus.



Explicita a necessidade de se prever, na sentença, a liquidação por artigos dos danos relativos não só ao tratamento fisioterápico, mas aos medicamentos para minorar as dores causadas pelas seqüelas da lesão.

Recebido (fl. 334), o recurso é tempestivo (fl. 334) e foi respondido (fls. 342/347).

A empresa co-ré sustenta que a instrução processual não deixou dúvidas quanto à improcedência da pretensão da apelada em ver ressarcido dano que não sofrera. Impugna os documentos apresentados na inicial e aduz que o laudo pericial concluiu que a apelada não possui lesão no joelho, ou, de outro lado, que o referido problema no joelho não possui relação com o acidente, devendo ser de causas anteriores, posto que a apelada relatou ao perito que sofrera acidente no ano de 2003, ou seja, antes da data do acidente *sub judice*.

Alternativamente, argumenta que o acidente ocorreu por negligência de terceiro, porquanto um veículo interceptou o trajeto da motocicleta e não parou, sendo que a motocicleta era conduzida em velocidade normal em via preferencial.

Preparado (fls. 332/333), o recurso foi recebido (fl. 334), é tempestivo (fl. 334) e foi respondido (fls. 349-355).

O co-réu Francisco apresentou recurso adesivo, insistindo que ele, o condutor da motocicleta, e a vítima que transportava, estavam no sentido correto de direção na via, quando um



veículo desconhecido colidiu com a lateral esquerda da motocicleta, porém nada de grave aconteceu, nada sofreram. Ressalta que não há nexo de causalidade, entre o dano no joelho e o acidente, necessário à responsabilização de indenizar.

Explicita que a única testemunha não presenciou o acidente e a autora trabalha em um supermercado, comprovando que não houve incapacidade. Ademais, os exames periciais foram conclusivos no sentido de que não houve incapacidade laboral


Recebido (fl. 356), o recurso é tempestivo e foi respondido (fls. 359/364).

FUNDAMENTOS.

Versa a lide sobre a pretensão da autora à condenação dos réus ao ressarcimento de todas as despesas necessárias ao tratamento e cura das lesões sofridas devido ao acidente de trânsito, bem como à indenização por danos morais a ser arbitrada em juízo.

A autora alegou que contratou os serviços de moto-táxi da empresa co-ré para transportá-la da casa do namorado para sua casa. Aconteceu que no trajeto o co-réu, condutor da motocicleta, trafegava por uma avenida, quando um veículo não identificado atingiu a motocicleta, sendo que devido à colisão a autora sofreu lesões no joelho esquerdo.

Salientou que os réus não prestaram

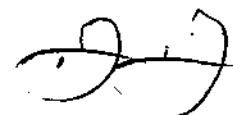


nenhuma assistência, nem pagaram os gastos médicos e a medicação prescrita nos primeiros socorros. Assim, como argumentou não ter condições econômicas para custear o tratamento no joelho, padece com as seqüelas do acidente.

Em defesa, a empresa co-ré sustentou ser uma microempresa de serviços de transporte de pessoas e coisas por meio de motocicletas, sendo esta atividade desenvolvida em parceria de meação com os moto-taxistas, que não têm vínculo empregatício. Preliminarmente, alegou a impossibilidade jurídica do pedido, tendo em vista que não ocorreu ato ilícito; a inexistência de dano sofrido evidenciando a falta de interesse de agir; a ilegitimidade passiva, visto que não possui vínculo empregatício com o segundo réu Francisco das Chagas Cruz.

No mérito, aduziu que no dia do acidente a autora telefonou para a empresa co-ré, solicitando o serviço de moto-taxi; em consequência, o moto-taxista co-réu se dirigiu ao endereço fornecido. Lá chegando, a autora informou o local desejado, sendo que no trajeto um veículo colidiu com a lateral esquerda da motocicleta. Não obstante, o motociclista conseguiu evitar a queda da motocicleta, não ocorrendo qualquer dano à autora. No mais, impugnou os comprovantes de despesas apresentados pela autora e o pedido de indenização por danos morais.

O co-réu, moto-taxista, apresentou sua defesa, alegando que no momento do acidente um veículo desconhecido “fechou” a motocicleta, ocasionando à colisão, entretanto, a motocicleta continuou erguida, mas com dano no “pé-de-marcha”, sendo que a autora



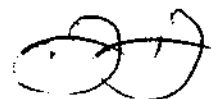
não aguardou o socorro oferecido. Por derradeiro, impugnou os danos reclamados.

Em audiência infrutífera de tentativa de conciliação, o MM. Juiz da causa rejeitou as preliminares argüidas na contestação da empresa co-ré, fundamentando que a matéria alegada dizia respeito ao mérito, devendo ser analisada por ocasião da sentença (fl. 131).

A autora compareceu à perícia em 21 de outubro de 2008 no IMESC, onde o perito solicitou exame de ressonância magnética, e a autora se prontificou a realizar de modo particular (fl. 211), sendo tal exame juntado aos autos (fls. 238/242).

A seguir foi realizada a “Perícia Ortopédica” (fls. 233/236), que apresentou a seguinte conclusão: “(...) *A autora refere trauma em joelho esquerdo em 2003, evoluindo com discreta claudicação, discreta hipotrofia e diminuição de força motora. A seqüela evidenciada proporcionou uma incapacidade total e temporária a partir da data dos fatos e durante os períodos de tratamento e convalescença, estando atualmente apta a exercer as suas atividades habituais, com demanda permanente de esforço físico, com nexo para o caso*”.

Em audiência de instrução e julgamento foi ouvida a testemunha Jacqueline Aparecida Fantacini, que, em apertada suma, declarou: “*não presenciou o acidente; viu a autora em sua casa, pois são vizinhas, após o acidente; ela sofreu lesões no joelho, ficando*



com gesso: (...) parou de trabalhar no supermercado em razão dos problemas no joelho, que inchava e ela usava joelheira; (...): a autora fez fisioterapia por um período, não sabe por quanto tempo, mas depois parou, pois não conseguia suportar os gastos (...)”. (fl. 278).

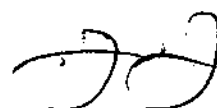
Após alegações finais, sobreveio a r. sentença de parcial procedência, que, com a devida vênia, merece reforma.

Anote-se que as partes não negam a ocorrência do acidente com a motocicleta, havendo controvérsia apenas se a autora teria ou não sofrido dano no joelho, e sobre a culpa de terceiros pela colisão.

Desse modo, como não houve testemunha ocular no dia do acidente, mostra-se essencial a análise do laudo pericial médico (fls. 233/236).

Destaco que o médico perito respondeu “**sim**” aos três quesitos apresentados pelo co-réu: (1) A autora apresenta problema ou seqüela no joelho esquerdo?; (2) Se positivo, teria ocorrido em razão da colisão do carro com a motocicleta ou ...? (3) Como houve a colisão, mas a moto não caiu, ..., o simples acontecimento narrado ... seria capaz de causar algum problema ou seqüela?

Portanto, surge o entendimento que a autora apresentou seqüela no joelho, com nexos causal de acidente de motocicleta.



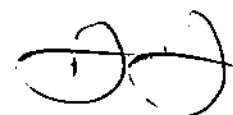
De outra banda, quanto à culpa pelo acidente ser de veículo de terceiro, salutar transcrever a fundamentação de v. acórdão (Ap. c/ Rev. nº 953.727-0/2, 26ª Câmara, Rel. Des. DOUGLAS AUGUSTO DOS SANTOS, j. 22/10/07):

“Trata-se de relação jurídica de contrato de transporte, sendo remunerado pelo passageiro, de modo que a responsabilidade civil do “moto-táxi” é de natureza contratual e objetiva, dispensando a demonstração de culpa pelo passageiro. Exige-se a demonstração, apenas, da prova do nexo causal e dos danos, já que há cláusula tácita de incolumidade.

A responsabilidade civil do transportador somente se exclui quando demonstrada a ocorrência de caso fortuito ou força maior. Nem mesmo a culpa de terceiro tem o condão de eximir o transportador do dever de indenizar o passageiro, sem prejuízo de posterior ação de regresso.

Nesse sentido, aliás, é a Súmula 187 do Supremo Tribunal Federal: “A responsabilidade contratual do transportador, pelo acidente com o passageiro, não é elidida por culpa de terceiro contra o qual tem ação regressiva”.

O motorista está obrigado a zelar pela integridade de outras pessoas, resultando daí o maior rigor da jurisprudência, em casos dessa natureza.



Logo, a discussão trazida pela requerida, pretendendo ser isentada da responsabilidade por alegada culpa de terceiro, é irrelevante para a solução da causa”.

Desse modo, a responsabilidade civil da empresa de moto-táxi é objetiva, ou seja, independe de culpa, sendo que nem mesmo a culpa de terceiro elide o transportador do dever de indenizar o passageiro.

Aponto que o perito médico respondeu que “há necessidade de acompanhamento clínico fisioterápico”, ao quesito sobre a necessidade de tratamento médico da autora.

Dessa forma, sendo a necessidade de acompanhamento fisioterápico conhecida na fase de conhecimento, o *quantum debeatur* deve ser apurado na fase de liquidação de sentença.

Conforme o *caput* do art. 475-A do CPC:
Quando a sentença não determinar o valor devido, procede-se à sua liquidação. Anota THEOTÔNIO NEGRÃO:

“Art. 475-A: 2. A existência de prejuízo deve ser demonstrada no processo de conhecimento, antes da sentença e não na liquidação. Nesta, apenas se apura o quantum desse prejuízo” (cf. Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor, 43ª edição, São Paulo, Saraiva, 2011, nota nº 2 ao art. 475 do CPC, p.



554).

De outra banda, reputo devida a condenação dos réus a pagar indenização por danos morais à autora, que sofreu ofensa a higidez física em decorrência do acidente de trânsito.

Para a fixação da verba indenizatória devida por dano moral, deve o julgador dosá-la dentro do princípio da prudência, do equilíbrio e da razoabilidade, à luz das peculiaridades de cada caso, notadamente em função dos litigantes e da maior ou menor gravidade da lesão.

Aliado aos critérios de julgamento deve-se sempre buscar no bom senso e na razoabilidade esteios para o arbitramento desta medida, não se podendo à evidência desconsiderar, noutra senda, a exeqüibilidade do encargo pelos réus. Julgo então, suficiente à indenização do dano moral no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Em suma, reformo a r. sentença para julgar procedente a ação para condenar os réus: (a) indenização por dano material no valor de R\$ 1.635,33 (um mil seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos), devidamente corrigido pela tabela do TJSP, a partir do desembolso; (b) pagamento do tratamento fisioterápico, referente ao dano no joelho esquerdo da autora, devendo o valor da condenação ser apurado em liquidação de sentença; (c) indenização por danos morais no montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais) corrigida monetariamente desde a data do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e



acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Sucumbente, arcarão os réus com o pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios da parte contrária, que fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Destarte, pelo meu voto, **dou provimento ao recurso da autora, nego provimento ao recurso do co-réu e nego provimento ao recurso adesivo do co-réu.**


ROMEU RICUPERO
Relator